



II International Conference  
**Learning and Teaching in Higher Education  
&  
Learning Orchestration in Higher Education**



Orquestração ...  
Aprendizagem ...  
**Ensino Superior**

## **ACTAS**

### **II International Conference Learning and Teaching in Higher Education/Learning Orchestration in Higher Education**

**21 E 22 DE MARÇO DE 2013**

#### **Organização:**



Projecto  
PTDC/CPE-CED/103195/2008  
FCOMP-01-0124-FEDER-009149



#### **Apoios:**



#### **Outros Apoios:**



# FICHA TÉCNICA

**Título:** Actas da II International Conference “Learning and Teaching in Higher Education” and “Learning Orchestration in Higher Education”

**Coordenadora:** Maria Elisa Chaleta

**Edição:** Gabinete para a Promoção do Sucesso Académico – Universidade de Évora

**Desenvolvimento Multimédia & Design Gráfico:** Olívia Matos e Fátima Leal

**Composição e Design Gráfico:** GPSA – Gabinete para a Promoção do Sucesso Académico (Olívia Matos)

**Depósito Legal:** DL n.º 356590/13

**ISBN:** 978-989-96656-4-4

**Requisitos Mínimos:** PC compatível com Internet Explorer 9 ou equivalente, resolução de 1366x768 pixels, Adobe Acrobat Reader 11.

# Índice

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>COMISSÃO CIENTÍFICA</b> .....	8
<b>COMISSÃO ORGANIZADORA</b> .....	9
<b>COMISSÃO ORGANIZADORA EXECUTIVA</b> .....	10
<b>COLABORADORES</b> .....	11
<b>PROGRAMA GERAL</b> .....	12
<b>PROGRAMA SOCIAL</b> .....	13
<b>PROGRAMA DAS COMUNICAÇÕES E POSTERS LIVRES</b> .....	14
<b>RESUMOS E ARTIGOS</b> .....	18
<b>CONFERÊNCIAS</b> .....	19
O ENVOLVIMENTO DO ESTUDANTES NA PROMOÇÃO DO SUCESSO ACADÉMICO: RELATO DE PRÁTICAS INOVADORAS NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO – Prof.ª Doutora Anabela Pereira .....	20
<b>SIMPÓSIOS</b> .....	21
A EXPERIÊNCIA DAS TUTORIAS DE ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES DE 1.º ANO PELOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA - Coordenadora: Prof.ª Doutora Maria Elisa Chaleta .	22
ORQUESTRAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR - Coordenadora: Prof.ª Doutora Maria Elisa Chaleta .....	24
<b>COMUNICAÇÕES E POSTERS</b> .....	27
COR, TEXTURA E PROFUNDIDADE: ENSINO E APRENDIZAGEM DE METODOLOGIAS CRIATIVAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR – Rosalina Costa, et al. ....	28
QUAL O PAPEL DOS ALUNOS MOTIVADOS=PROFISSIONAIS MAIS QUALIFICADOS – ENSINO DO INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NAS NOVAS TENDÊNCIAS TURÍSTICAS – Paula Rama da Silva .....	49
PRÁTICAS DE ENSINO, DE AVALIAÇÃO E RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM: UMA DISCUSSÃO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DA UNIVERSIDADES DE ÉVORA – António Borralho, et al. ....	51
PRÁTICAS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO NUMA INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA DISCUSSÃO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS – António Borralho, et al. ....	54

O CONTRIBUTO DOS MÉTODOS DE ENSINO EXPOSITIVOS E SIMULADOS NA ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA – Maria Palmira Alves, et al.....	57
A AUTOAPRENDIZAGEM TUTORIZADA E O ESTUDO AUTÓNOMO NO ENSINO SUPERIOR - Maria Palmira Alves, et al. ....	71
ESTAREMOS (MESMO) DISPOSTOS A MUDAR OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS? – Pedro G. Carvalho, et al.....	85
O STRESSE NA INFÂNCIA EM CONTEXTO EDUCATIVO: META ANÁLISE REFLEXIVA – Anabela Sousa Pereira, et al. ....	88
FERRAMENTAS PARA CLIL – Ana Alexandra Silva, et al.....	103
<i>COLÉGIOS INVISÍVEIS</i> NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM PORTUGAL. CONTRIBUTOS PARA UM MAPEAMENTO – Ricardo J. R. Monginho .....	105
A ADEQUAÇÃO DO PROCESSO DE SELECÇÃO DE ESTUDANTES PARA O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL – Carlos Vieira, et al. ....	107
PARA UMA REFLEXÃO ACERCA DE QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NA INVESTIGAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR – Domingos Fernandes, et al. ....	124
<b>Poster</b> - O ENFERMEIRO TUTOR E PRÁTICAS DE SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO INICIAL EM ENFERMAGEM: CONTRIBUTOS PARA A SUA INTERVENÇÃO DIDÁTICA EM CONTEXTO CLÍNICO – Maria do Céu Carrageta, et al. ....	127
<b>Poster</b> - PERCEPÇÕES DE ALUNOS FACE À AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO SUPERIOR - ANÁLISES PRELIMINARES DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO “AVENA” – Maria da Graça Bidarra, et al.....	147
<b>Poster</b> - PROGRAMA DE VOLUNTARIADO: “Comunidade Nova” – Edite Oliveira, et al. ....	156
<b>Poster</b> - ADAPTAÇÃO ACADÉMICA E IDENTIDADE VOCACIONAL EM ESTUDANTES DO 1º ANO DO ENSINO SUPERIOR – Tiago Moreira Afonso, et al. ....	158
CONSTRUIR IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO ENSINO SUPERIOR: APRENDER E ENSINAR A SER (SENDO) PROFESSOR – Gracinda Hamido, et al. ....	172
APRENDER E ENSINAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MEDIAÇÕES CONSTRUTORAS DE SABER PROFISSIONAL – Gracinda Hamido, et al. ....	190
A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO NA MELHORIA DE QUALIDADE NO ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR – Gillian Moreira, et al. ....	193
ANÁLISE DE REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: NATUREZA, FUNDAMENTOS, RELAÇÕES COM A LITERATURA E INFERÊNCIAS PRÁTICAS – Domingos Fernandes, et al.....	195
QUANTAS <i>MARIAS</i> CONHECE? CONTRIBUTOS PARA A PRÁTICA DA ÉTICA SUSCITADA PELO PAPEL DE PROFESSOR-INVESTIGADOR NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL – Rosalina Costa.....	198

A COMPREENSÃO E A QUALIDADE DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR – Matos, A.O., et al. ....	213
LOS PROCEDIMIENTOS DE EVALUACIÓN: INFLUENCIA EN EL APRENDIZAJE DE LOS ALUMNOS DEL TÍTULO DE PEDAGOGÍA – Marília Favinha, et al.....	215
PERCEPÇÕES DOS DOCENTES SOBRE A COLABORAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: RESULTADOS DE UM ESTUDO EXPLORATÓRIO – Ana Veiga Simão, et al.....	231
PAISAGEM. ENSINO TRADICIONAL EM MUDANÇA? – Maria Freire, et al.....	233
OS MODELOS DE SUPERVISÃO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM NO 1.º ENSINO CLÍNICO – Maria Isabel Fernandes.....	247
DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS RELACIONAIS E ENSINO CLINICO - Zangão, Maria Otília Brites, et al.....	250
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ELABORADAS POR ESTUDANTES DE ENFERMAGEM – Bule, Maria José, et al. ....	252
UMA REFLEXÃO ACERCA DO ENSINO DE GEOGRAFIA E DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM CLASSES REGULARES – Jacqueline de Almeida, et al. ....	255
A DESOCULTAÇÃO DOS SABERES PROFISSIONAIS: UM ESPAÇO DO ENSINO SUPERIOR – Magalhães, Maria Dulce, et al. ....	272
A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – Jacqueline de Almeida, et al.....	275
INTRODUÇÃO DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: ESTUDO PRELIMINAR E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA – José Luis Ramos, et al. ....	277
PERFIL-LEITOR DE UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES EM UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – Bortolanza, A.E., et al.....	279
INTERESSA A PEDAGOGIA À ECONOMIA DA EDUCAÇÃO? UMA RESPOSTA PELA ANÁLISE DA LITERATURA – António Bento Caleiro .....	297
REPRESENTAÇÕES DISCENTES SOBRE A INCLUSÃO DO ÍNDIO NO ENSINO SUPERIOR - Simone Freitas do Nascimento.....	307
ENGENHARIA GEOLÓGICA NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA. A EXPERIÊNCIA DOS ESTÁGIOS INTEGRADOS EM EMPRESAS NO 1º CICLO – MODELO 3G; PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS E INTEGRAÇÃO DE ALUNOS NO EXTERIOR NO ÂMBITO DO 2º CICLO – Luís Lopes, et al.....	309
<b>SESSÃO DE ENCERRAMENTO.....</b>	<b>312</b>
<b>PARTICIPANTES.....</b>	<b>318</b>

**QUANTAS *MARIAS* CONHECE? CONTRIBUTOS PARA A PRÁTICA DA ÉTICA  
SUSCITADA PELO PAPEL DE PROFESSOR-INVESTIGADOR NO ENSINO-  
APRENDIZAGEM DE METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL – Rosalina  
Costa**

How many *Marias* do you know? Insights for the Practice of Ethics driven by the Teacher-as-  
Researcher in Social Sciences' Research Methods Lectures

<b>Autor 1:</b>	<b>Rosalina Costa</b>
Afiliação Institucional:	Universidade de Évora/CEPESE
Categoria Profissional:	Professora Auxiliar
E-mail:	<a href="mailto:rosalina@uevora.pt">rosalina@uevora.pt</a>
<b>Dados de Contacto:</b>	
Endereço Postal:	Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal
Telefone/Telemóvel:	266 740 805

**Resumo:**

As questões éticas são transversais à prática científica no domínio das ciências sociais. No que respeita ao trabalho do sociólogo, a prática da ética está, desde logo, relacionada com um conjunto de competências e princípios que são ensinadas e gradualmente interiorizados ao longo da formação académica, e mais tarde desenvolvidos e validados em contextos diversificados de acção. De modo transversal, é guiada por princípios partilhados entre a comunidade de sociólogos, aos quais aderem através da pertença institucional e respectivos códigos de ética e conduta profissional (e.g. APS, ISA). Neste artigo apoiamo-nos especificamente na análise de um caso extraído de um estudo qualitativo realizado pela autora enquanto estudante de doutoramento em sociologia e, posteriormente, integrado nas aulas de metodologia de investigação social, que enquanto professora lecciona no ensino superior. Ao mesmo tempo que este exemplo revela os desafios por detrás de uma operação aparentemente simples como a atribuição de pseudónimos, ilustra empiricamente o modo como as questões éticas não se ficam pelo momento da recolha de dados; ao invés, são transversais à análise de

dados e escrita de resultados. A tomada de consciência da complexidade das práticas de anonimização, contrariamente à presunção que esta é uma tarefa “rápida” e “fácil”, deve lembrar o investigador, professor e aluno da necessidade de atender aos múltiplos – e por vezes contraditórios – direitos e deveres com que profissionalmente o(a) sociólogo(a) está comprometido(a). Por esta razão, é importante manter as questões éticas como tópico de reflexão e discussão no contexto do ensino superior.

**Palavras-chave:** Professor-Investigador; Ética; Práticas de Anonimização; Investigação Qualitativa; Escrita Científica.

**Abstract:**

Ethical issues are pervasive both along social science practices and paradigms. Since the very beginning of any research project, from the choice of a topic until the publication of research findings, ethical issues are a matter of constant thought, discussion and finally, decision. The new millennium has brought with it a wave of (new) ethical challenges, as methods of data collection and analysis became more and more sophisticated and widespread in recent years (e.g. software development, Internet-based research and data dissemination via ICTs). Sociologists' commitment to ethical principles is taught and gradually learned during academic training and later accepted through institutional membership and its codes of ethics and professional conduct (e.g. the ISA – International Sociological Association and APS – The Portuguese Sociological Association). In this paper, I turn to the analysis of a case taken from a sociological qualitative study carried out as a PhD student, and afterwards integrated into social research method's classes as a teacher. While revealing the pitfalls behind a seemingly easy operation as the assignment of pseudonyms, empirical illustration also stresses how ethical issues are pervasive to data analysis and writing and, in that sense, a never-ending process. Awareness of the complexity of anonymization practices over a naive understanding of this common procedure should remind the researcher, teacher and student of the multiple and sometimes conflicting rights and duties to which he/she is committed. For this reason, it is important to keep ethical issues out there as a topic to be both thought about and discussed in the higher-education milieu.

**Keywords:** Teacher-as-Researcher; Ethics; Anonymization Practices; Qualitative Studies; Scientific Writing.

## **Quantas *Marias* conhece? Contributos para a Prática da Ética suscitada pelo Papel de Professor-Investigador no Ensino-Aprendizagem de Metodologias de Investigação Social<sup>21</sup>**

### **Introdução**

Existem muitas justificações e exemplos clássicos e contemporâneos que justificam o interesse sempre renovado pelas questões da ética no domínio da investigação científica, particularmente no contexto das ciências sociais (Berg, 2009; Lipson, 1994; Punch, 1986, 1994, 1998). Desde o início de qualquer projecto até à publicação de resultados de investigação, as questões éticas são tema recorrente de reflexão, discussão e, em última instância, decisão. Do mesmo modo que se entende que um cientista não pode ignorar as implicações éticas decorrentes da sua prática, assim também é do entendimento generalizado que qualquer proposta de investigação deverá ter necessária e exaustivamente antecipado as questões éticas suscitadas, bem como os mecanismos para as ultrapassar (Creswell, 1994; Denzin & Lincoln, 2000; Denscombe, 1998; Patton 2002). Mais recentemente, novos desafios éticos têm surgido à medida que a recolha e análise de dados se tornou mais “sofisticada” e “universal” (e.g. com o desenvolvimento de *software*, pesquisa *on-line* e disseminação de dados através das novas tecnologias da informação e comunicação) (Tilley & Woodthorpe, 2011).

---

<sup>21</sup> Este texto resulta de uma investigação mais ampla desenvolvida para a elaboração de uma tese de doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade ‘Sociologia Geral’, intitulada *Pequenos e Grandes Dias. Os Rituais na Construção da Família Contemporânea* (Costa, 2011), realizada pela autora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com orientação científica de Ana Nunes de Almeida (ICS-UL) e apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/38679/2007). Uma versão ampliada deste texto encontra-se no prelo para publicação em língua inglesa com o título “Ethics on the move: methodological dilemmas on the qualitative scientific writing process”.



No que respeita ao trabalho do sociólogo, a prática da ética está, desde logo, relacionada com um conjunto de competências e princípios que são ensinadas e gradualmente interiorizadas ao longo da formação académica, e mais tarde desenvolvidos e validados em contextos diversificados de acção. De modo transversal, é guiada por princípios partilhados entre a comunidade de sociólogos, aos quais aderem através da pertença institucional e respectivos códigos de ética e conduta profissional (e.g. APS – Associação Portuguesa de Sociologia ou ISA – *International Sociological Association*).

Em ambos os códigos que regulam a actividade profissional dos sociólogos, tanto a nível nacional (APS, 1992), como internacional (ISA, 2001), as questões relacionadas com o anonimato e a privacidade dos sujeitos da pesquisa e informantes são centrais entre os padrões de conduta que os sociólogos devem seguir na sua actividade profissional. Todavia, e como afirmam Miles e Huberman, “se as questões éticas fossem clara e totalmente acessíveis a partir de uma base deontológica, a vida seria muito mais simples” (Miles & Huberman, 1994, p. 296). De facto, abordar as questões éticas implica, inevitavelmente, fazer escolhas. Ora, na maior parte das vezes, essas são escolhas difíceis, já que colocam o investigador perante a imposição de decidir entre dois valores igualmente importantes, ou seja, colocam-no perante um dilema ético (e.g. validação *versus* evitamento de danos; anonimato *versus* visibilidade; compreensão científica *versus* direitos individuais; inquirição imparcial *versus* ajuda; ajuda *versus* confidencialidade; liberdade de investigação *versus* aproveitamento político (Miles & Huberman, 1994)).

Neste texto centramo-nos especificamente sobre o dilema “anonimato *versus* visibilidade” (Shulman, 1990), estendendo-o para o processo de escrita científica. Ao mesmo tempo que os dados empíricos devem ser “transparentes” e “acessíveis” ao leitor, exigindo da parte do investigador que este se esforce para tornar os seus relatos “confiáveis”, “verdadeiros” e ligados ao “mundo real”; deve garantir que jamais tal informação compromete o anonimato dos informantes, ou nos moldes em que foi acordado com eles no início da investigação.

Na medida em que no domínio dos estudos qualitativos a literatura é profusa nas referências e discussão em torno das questões éticas, este texto tem um objectivo bem definido e circunscrito: exemplificar, a partir da prática do professor como investigador o dilema “anonimato *versus* visibilidade”. Especificamente, apresentamos e detalhamos a importância do processo de decisão por detrás de uma operação aparentemente banal como as

práticas de anonimização e a inextricável relação que mantêm com o tratamento, análise de dados e escrita científica. Este texto examina, portanto, os dilemas éticos que surgem não no início de um projecto de investigação, ou no momento da recolha de dados, mas precisamente no lado oposto: no final, no momento de escrever relatórios, artigos ou teses, ou preparar publicações, comunicações ou quaisquer outras formas de divulgação de resultados provenientes de dados cuja disseminação exige a salvaguarda do anonimato.

O exemplo de que partimos resulta de um trabalho qualitativo mais amplo, realizado pela autora com o intuito de estudar, sociologicamente, os rituais familiares na contemporaneidade (Costa, 2001). Pelo seu carácter sensibilizador viríamos a utilizar este exemplo de forma recorrente em diversos contextos de ensino-aprendizagem de metodologias de investigação social, leccionadas principalmente ao curso de Sociologia na Universidade de Évora. Em última instância, esperamos que este texto sirva também para alertar o(a) leitor(a) para a responsabilidade social do cientista e para a discussão crítica em torno da importância das questões éticas no domínio da recolha, tratamento e análise de dados obtidos e trabalhados em pesquisas de natureza académica.

### ***Um olhar em profundidade sobre os dados***

Em 2009, no contexto da recolha de dados para um trabalho mais amplo, à data ainda por concretizar (Costa, 2011), apliquei um conjunto de trinta entrevistas qualitativas de episódio (Flick, 1997; 1998) a homens e mulheres de classe média, com pelo menos um filho com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos de idade, residentes na cidade de Évora, e que independentemente da situação conjugal à data da entrevista, nela estivessem há pelo menos dois anos. Na recolha dos dados não foi solicitado qualquer consentimento escrito, mas oralmente os entrevistados concederam autorização para a utilização do material recolhido tendo em vista a elaboração e redacção de uma tese de doutoramento e posterior divulgação em encontros e publicações de natureza científica. Em contrapartida, a investigadora comprometia-se a manter a confidencialidade e o anonimato dos dados.

Como procedimento geral no início do tratamento dos dados alterei os nomes dos(as) entrevistados(as) mantendo todavia a mesma inicial do nome próprio. Este critério tinha um propósito essencialmente mnemónico, nomeadamente o de facilitar a tarefa da investigadora ao analisar e escrever sobre os dados. Uma vez que neste caso em particular a entrevistadora coincidia com a investigadora, esta estratégia permitiu manter os entrevistados e os contextos

de entrevista próximos da escrita, o que frequentemente foi muito útil para “ver” e “pensar” além das transcrições *verbatim*. De forma consistente com este procedimento, e a título de exemplo, *Amílcar*<sup>22</sup> foi substituído por *Afonso*, mantendo a inicial A; e *Leonor* por *Lurdes*, mantendo nesse caso a inicial L.

Esta tarefa aparentemente “rápida” e “simples” viria no entanto a levantar o véu sobre um problema ético e metodológico suscitado à medida que escrevia sobre os dados. O tipo de entrevista que utilizei – de episódio – é particularmente adaptada a situações em que se pretende contextualizar experiências e eventos a partir do ponto de vista do entrevistado, o que, por sua vez, permite obter uma grande densidade e profundidade de informação relacionada com a sua vida. Uma vez que um episódio é “qualquer acontecimento ou situação que o(a) entrevistado(a) recorda” (Flick, 1997, p. 20), à medida que reunimos mais narrativas em torno de episódios vividos ou experienciados pelo(a) mesmo(a) entrevistado(a), maior o conhecimento que reunimos também sobre essa pessoa. Por esta razão, quanto mais o(a) entrevistado(a) fala sobre as experiências que viveu durante a infância, adolescência ou vida adulta, mais difícil é permanecer anónimo, mesmo que ocultemos o seu nome real. Isto torna-se ainda mais difícil quando ao escrevermos sobre os dados fazemos uso de “narrativas contextualizadas” (Flick, 1998), onde muitas vezes apresentamos dados em diversos fragmentos não contínuos (e.g. excertos de entrevista), mas que se complementam quando se lê a entrevista como um todo.

Nas páginas que se seguem procurarei analisar um caso único a partir da narrativa de uma mulher que entrevistei no contexto do estudo já citado. Aquilo que parecia ser uma substituição bastante simples e rápida de um nome por um pseudónimo tornou-se, afinal, num trabalho contínuo e complexo de descoberta. O recurso a um caso único justifica-se aqui na medida em que permite compreender a complexidade das práticas de anonimização, não apenas enquanto procedimento metodológico mas também, e sobretudo, como forma de conhecimento. Analisemo-lo, agora, em pormenor.

### ***Um olhar por dentro sobre a narrativa de Maria dos Anjos***

Como em muitos outros países, em Portugal existe uma longa tradição de atribuição do nome *Maria* a uma menina recém-nascida<sup>23</sup>. Frequentemente, a *Maria* como nome próprio

---

<sup>22</sup> Todos os nomes usados daqui em diante são pseudónimos.

<sup>23</sup> Esta é de facto uma longa tradição em Portugal. A Sociedade Portuguesa de Informação Económica, SA (S.P.I.E.) disponibiliza *on-line* uma ferramenta que permite gerar um gráfico que representa a frequência com

segue-se um segundo nome ao qual as portadoras atribuem grande importância. Em alguns casos, este segundo nome é transformado num diminutivo usado entre pessoas próximas; noutros é uma forma de distinguir diversas *Marias* entre si, por exemplo na família, na escola ou em contextos profissionais.

Sem surpresas, entrevistei várias *Marias* para o meu estudo. Quatro em quinze entrevistadas chamavam-se assim: Maria do Rosário, Maria Luís, Maria Manuel e Maria dos Anjos. Apesar disso, nenhuma destas mulheres é reconhecida pelos outros como Maria. Pelo contrário, para todas elas, ou um diminutivo ou a combinação em simultâneo do primeiro e segundo nomes era sempre preferido. Aparentemente, substituir estes nomes por outros adivinhava-se uma tarefa a-problemática<sup>24</sup>. E foi isto exactamente que aconteceu com três dos casos considerados. *Maria dos Anjos* foi a excepção.

Para os propósitos do estudo em causa, foi elaborada uma breve biografia desta entrevistada mantendo apenas a informação considerada relevante: uma mulher de 41 anos de idade<sup>25</sup>, com um casamento católico em 1994 e mãe de duas crianças, uma rapariga de 13 e um rapaz de 11 anos de idade. A informação adicional chegaria pela via da narrativa fornecida logo ao início da entrevista, quando foi interpelada a falar sobre a sua infância:

*[...] eu nasci já assim um bocadinho fora de... época. Porque este meu irmão... tinha um irmão mais novo. Não foi uma gravidez planeada, não. A minha mãe tinha dois filhos com dois anos de diferença, que era este meu irmão e outro que faleceu com 11 anos, de acidente e, só depois, depois de ele ter falecido é que eu nasci. Tanto que já não o conheci nem nada. E nasci de uma forma “acidental”, não foi nada planeado. Embora muito desejada porque era “a menina” depois de dois filhos rapazes.*

---

que determinada palavra surge nos nomes próprios atribuídos às crianças nascidas em Portugal entre 1920 e 1990. Por razões legais, a SPIE não mantém em bases de dados nomes de menores. Apesar disso, um pequeno exercício com o nome “Maria” demonstra facilmente a sua importância em termos de evolução cronológica. Gráfico *on-line* disponível a partir de [http://www.spie.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=62&Itemid=107](http://www.spie.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=107) (consultado em 06-03-2013). De acordo com informação do Instituto dos Registos e Notariado, *Maria* está no top dos nomes mais escolhidos em Portugal em 2012. Lista disponível em <http://www.dn.pt/DNMultimedia/DOCS+PDFS/Nomes2012.pdf> (consultado em 06-03-2013).

<sup>24</sup> Para ser rigorosa, nem sempre foi possível seguir o procedimento já explicitado de alterar o nome mantendo a inicial. De entre as várias razões, combinar a salvaguarda do anonimato dos(as) entrevistados(as) nas suas múltiplas dimensões da vida (experiência pessoal, familiar, profissional, origem geográfica, etc.) foi o argumento sempre privilegiado.

<sup>25</sup> Os dados referem-se a 2009.

Ao mesmo tempo que este excerto revela o lugar de Maria dos Anjos numa determinada família levou-a, como que inesperadamente, a falar um pouco mais sobre a sua mãe e a relação entre as duas:

*Sempre me lembro da minha mãe ser uma pessoa triste... não era uma pessoa de brincar comigo ou de... foi sempre uma pessoa muito triste, com pouca vontade de sair...*

Como já foi referido anteriormente, para os propósitos do nosso estudo foi desenhada uma entrevista de episódio a fim de recolher informação em profundidade sobre o que é um ritual familiar e qual o seu lugar e importância na construção da família contemporânea. Nas suas narrativas, os(as) entrevistados(as) foram chamados a destacar momentos, dias ou ocasiões considerados “especiais” no seu dia-a-dia, ao longo do ano ou do curso de vida. Depois de identificarem esses momentos, eram convidados(as) a descrevê-los em pormenor. Neste artigo apresentamos apenas as narrativas detalhadas em torno de ambos os momentos vitais: nascimento e morte. Apesar de inicialmente recolhidas como experiências isoladas, a escrita viria a relacioná-las através de forma simultaneamente inextricável e heurística. Palavra a palavra, a escrita permite-nos, assim, reconhecer, neste caso em concreto, como um nome aparentemente banal e sem significado especial constitui, afinal, um elemento-chave na compreensão última das experiências e significados relatados pelos informantes durante a entrevista.

Maria dos Anjos descreve desta forma impressionista o dia do nascimento da sua filha:

*Foi um dia importante mas foi um dia muito mau também. Foi um dia muito... alegre e triste. Porque... eu estava numa grande ansiedade com o nascimento dela. Mas não era o momento em si que me assustava. Eu já... eu passei a gravidez sempre com uma tensão muito grande e quase que me esqueci que estava grávida. Porque estive sempre junto da minha mãe. E depois quando ela faleceu... ainda faltavam dois meses para o nascimento da minha filha e achava que ia de alguma forma compensar... com o nascimento dela... e deposei muita... investi muito naquele nascimento e achava que ia ser muito bom para mim e que... as coisas iam melhorar... e depois foi um choque muito grande porque eu não estava nada à espera que ela nascesse com aquela mal formação que não tinha sido detectada durante a gravidez. Uma malformação a nível da coluna vertebral que teve que ser corrigida cirurgicamente e que apesar de ser enfermeira era uma coisa que nunca tinha ouvido falar nem nunca ninguém me tinha... tinha ouvido falar por alto nas aulas... mas que não... não estava à espera! Eu pensava muitas vezes nos síndromes de Down, essas coisas assim. Mas aquilo foi uma coisa que eu nunca, nunca, nunca, nunca me passou pela cabeça!*

Como nos é dado a perceber, a experiência do dia do nascimento da filha de Maria dos Anjos não pode ser isolada dessa circunstância dual: a morte da sua mãe durante a gravidez e a surpresa que constituiu o nascimento de uma criança com uma malformação. Este último facto apanhou-a totalmente de surpresa. Apesar de ser enfermeira, até àquele momento nunca tinha ouvido falar em detalhe sobre a doença de que, afinal, nunca mais se esqueceria.

*E depois... nunca estive com ela. Porque ela assim que nasceu foi tirada para a neonatologia. A sala de partos era aqui [gesto] ao fundo, a neonatologia é ali. Portanto, ela nasceu ali na sala de partos e foi logo para a neonatologia. E eu vim para aqui para a enfermaria<sup>26</sup>. Passado um bocadinho vieram-me dizer que ela tinha que ir para Lisboa e vi-a por breves instantes, mesmo antes de ela se ir embora. Só mais tarde voltei a vê-la, quando depois tive alta aqui do hospital que foi na segunda-feira. Fui para Lisboa, para o hospital D. Estefânia quando estive lá com ela.*

Habituada a estar “do outro lado”, junto das colegas enfermeiras e pessoal médico e auxiliar, Maria dos Anjos recorda o momento “difícil” em que foi surpreendida com a notícia de que todos já estavam a par:

*As pessoas disseram logo ali na altura... em que nós estamos muito debilitadas, muito susceptíveis, com uma vulnerabilidade emocional muito grande e tudo, mesmo que não tenha significado, nós fazemos “um bicho de sete cabeças” e as pessoas chegarem ao pé de nós e dizerem... “olha... ela pode não andar”, “pode ter problemas gravíssimos a nível de desenvolvimento, psicomotor, tudo...”. Ah! A gente às tantas... houve alturas em que fiquei assim [gesto de espanto], não consegui assimilar... nada! As pessoas falavam comigo, eu ouvia, diziam-me, mas imediatamente não processava a informação. Eu interessava-me era olhar para ela e vê-la ali no bercinho e ver que ela estava bem, que mexia as pernas, mexia os braços... as outras coisas todas... para mim, naquela altura não, não...*

Um ano mais tarde, Maria dos Anjos teve a oportunidade profissional de trabalhar na maternidade hospitalar. Este facto contribuiu para reforçar a imagem negativa que envolvia a sua experiência anterior, ao mesmo tempo que gradualmente a ajudava a construir uma representação ainda mais forte em torno de uma eventual gravidez e parto. Isto aconteceria, aliás, não muito tempo depois com o nascimento do seu segundo filho.

Maria dos Anjos: *Toda aquela fase do pós-parto, não tive, não tive. E eu na altura não trabalhava aqui na maternidade, trabalhava na medicina e depois, quando vim trabalhar para aqui, a minha filha tinha um ano, e eu tinha uma necessidade tremenda de viver um pós-parto normal! Porque eu olhava e dizia assim... “eu não tive isto!”*

---

<sup>26</sup> Os advérbios de lugar neste excerto revelam o contexto espacial em que esta entrevista teve lugar: um quarto de hospital.

Entrevistadora: *E isso era o quê?*

Maria dos Anjos: *Não tive... uma criança, dentro de um berço, ao meu lado, a chorar, a quem dar de mamar... não tive nada disso. Não tive as visitas, não tive os parabéns, e eu sentia necessidade disso. Sentia! Eu olhava para as pessoas e pensava assim: “eu preciso viver isto!” E engravidei. Espontaneamente, sem fazer por isso. Mas fiquei muito contente! Muito, muito, muito contente e vivi uma gravidez... [ênfase] apesar de às vezes as pessoas dizerem “ah, mas não tens medo que te volte a acontecer o mesmo?” Mas não! Vivi uma gravidez... muito calma, muito tranquila, muito positiva, muito desfrutada [ênfase] e... tive um parto muito bom... e vivi uma maternidade normal, que me fazia imensa falta! Mas que vivi e que desfrutei a 100%.*

Este excerto patenteia de modo evidente o modo como a profissão de Maria dos Anjos – enfermeira – é crucial para compreender quer a sua representação em torno do nascimento de um filho, quer o significado que atribui à experiência pós-parto. Aqui chegados, poderíamos pensar na irrelevância do nome próprio desta entrevistada, mas nunca da sua profissão. Por um lado, que outras profissões poderiam servir de enquadramento a uma experiência como esta que acabámos de descrever? Por outro, seria essa substituição suficiente para garantir o anonimato da entrevistada numa cidade de média dimensão como aquela onde recolhemos os dados?

À medida que aprofundávamos a análise dos dados e escrevíamos sobre eles, o dilema anonimato *versus* visibilidade tornava-se mais presente e complexo. As narrativas em torno da experiência da morte de um outro significativo viriam sublinhar ainda mais os desafios associados à manutenção do anonimato desta entrevistada.

Acusando um traço transversal à amostra estudada, também Maria dos Anjos referiu a morte de um outro significativo e a situação do funeral e das exéquias fúnebres a ela associadas como uma “ocasião familiar”. A citação que se segue demonstra precisamente o modo como a sua relação com o tema da morte começou cedo, ainda durante a sua infância:

*[...] a minha mãe levava-me ao cemitério quando eu era pequenina. A minha mãe ia todos os Domingos ao cemitério. Mudar as flores, lavar a sepultura... Todos os domingos, todos, todos, todos. Inicialmente ia todos os dias. Depois passou a ir todos os Domingos. Depois de eu nascer e eu ia com ela. Eu só entrei para a escola aos sete anos e ia com ela. Todos os Domingos ia. Aquilo eram rituais que já estavam mecanizados, incorporados.*

Já sabíamos que Maria dos Anjos tinha tido um irmão que falecera aos 11 anos. Foi justamente no momento que falava sobre as suas visitas ao cemitério durante a infância que detalhou as circunstâncias exactas do seu nascimento, bem como a importância desse acontecimento na vida da sua mãe:

Maria dos Anjos: *Eu sentia que tinha vindo ocupar... que de alguma forma tinha vindo ajudá-la a superar. Mesmo porque a minha mãe me dizia isso. Tinha vindo ajudar a superar a falta. Dele. Em tudo. Dentro da família, junto do meu irmão, da minha mãe. Da mãe e do pai. Senti sempre... não que fosse obrigada a ter que fazer determinadas coisas, ou ter que ter um comportamento exemplar, mas sentia isso e sentia isso pelas proibições: o medo! Exactamente... porque... o meu irmão faleceu... teve um acidente. Andava na brincadeira com uns amigos e teve um acidente. Teve uma queda, caiu de uma altura significativa e... eu acho que a minha mãe tinha um medo pavoroso que alguma coisa me acontecesse! E... era uma protecção... ela tinha que saber sempre onde é que eu estava! E... aquilo... de alguma maneira eu percebia aquele comportamento, mas afligia-me. Porque... às vezes apetecia-me sair e ir ter com as minhas amigas e não ter aquela coisa de... ela querer saber... quando eu comecei a sair mais à noite, já tinha 19-20 anos, e ela não se deitava enquanto eu não chegava ! E às tantas aquilo afligia-me! [...] senti sempre isso, tive sempre essa noção. Sempre! Senti sempre que se o meu irmão não tivesse falecido se calhar eu não tinha existido [Risos]. Não que isso me incomodasse, não... mas pronto, tinha essa sensação. E sentia que, sentia-me bem porque sentia que vim ajudar a minha mãe e sentia que a ajudava. E que muitas das coisas que fez, só fez por mim, porque se eu não tivesse nascido ela não tinha feito... o cortar o cabelo, o tirar o luto... passar a usar outra cor. Porque eu dizia-lhe... “mãe, veste outra roupa.” “Tira essas.” “Deixa de usar só preto.” A minha mãe andou de luto, luto até eu ter 9-10 anos. Luto. Todo. Todas as saias. Tudo. Preto. Eu dizia-lhe “mãe, por amor de Deus, tira. Tira!”*

Entrevistadora: *O que diziam as suas amigas?*

Maria dos Anjos: *Perguntavam [o porquê] e perguntavam-me se ela não mudava de roupa. Porque a roupa era sempre igual. E eu própria lembro-me de perguntar isso.*

Este relato de Maria dos Anjos sobre a sua infância é especialmente importante para o tema que nos ocupa aqui. Foi precisamente enquanto descrevia um diálogo aparentemente anódino entre ela própria e a sua mãe que Maria dos Anjos fez uma revelação que viria a ser crucial para lidar com o dilema anonimato *versus* visibilidade:

*[...] se eu tivesse que ir... ao hospital, a minha mãe não vinha pela Praça do Geraldo. Vínhamos pelas travessas, para ver pouca gente. Porque ela não se sentia bem no meio de muita gente. Depois começou a ter de... porque eu pedia-lhe. “Mãe, não vamos por aqui, vamos pelo outro lado.” Havia uma reunião qualquer na escola: “mãe, anda à reunião da escola” [...] eu tenho noção... eu acho que se eu não tivesse*



*nascido a minha mãe tinha entrado numa fase negra de depressão, muito má. E eu, de alguma forma vim obrigá-la a despertar e a ter que forçosamente viver de outra maneira. E ela fazia-me também sentir isso. Dessa forma. Às vezes quando conversámos ela própria dizia isso. Às vezes eu dizia-lhe “oh mãe, porque é que me chamaste Maria dos Anjos, que eu detesto esse nome?” “Oh filha, porque toda a gente dizia que tinhas sido um anjo que Deus tinha enviado para as nossas vidas, por isso é que tens esse nome.”*

Já no final, quando questionada sobre qual a sua relação actual com o espaço dos cemitérios respondeu do seguinte modo:

*Sinto uma paz ... imensa. Quando vou não me sinto mal, não sinto medo, sinto-me... bem . Vou, não vou todos os Domingos, nem vou todos os meses, mas vou... quando me apetece, quando tenho necessidade, vou.*

O nome Maria dos Anjos é, assim, o elemento-chave para a compreensão de vários aspectos na vida desta mulher: toda a tristeza e luto que sentia na sua mãe durante a sua infância e adolescência, mas também, simultaneamente, uma estranha e sobre-protecção; a expectativa colocada sobre o nascimento da sua filha, como se isso de algum modo a pudesse ajudar a ultrapassar a morte recente da mãe, tal como o seu próprio nascimento tinha feito aquando da morte do seu irmão; finalmente, a relação de paz que actualmente mantém com o espaço dos cemitérios, um espaço físico rejeitado pela maior parte dos(as) outros(as) entrevistados(as).

Um novo desafio surgia à medida que escrevíamos sobre os dados. Se inicialmente o nome Maria dos Anjos parecia ser um atributo irrelevante desta mulher, condenado a uma rápida e fácil substituição, agora esta substituição parecia impossível. Em que outros nomes poderíamos nós pensar para dar conta deste caso? Como, enquanto cientistas, podemos escolher um pseudónimo que simultaneamente permita salvaguardar o anonimato da entrevistada nestas três dimensões: nome, profissão e experiências de vida?

De facto, a atribuição de pseudónimos não é uma tarefa fácil (Burgess, 1984). Os nomes dão significado às acções e às experiências dos indivíduos. Frequentemente sub-avaliados na sua importância, os nomes próprios podem, na verdade, constituir janelas para a compreensão social mais ampla. Como diz Betsy Rytnes “um nome próprio não é, pois, um rótulo, antes um repositório de significados acumulados, práticas e crenças; um poderoso meio linguístico de atribuição de identidade (ou definição de alguém) e modos de experienciar o mundo social” (Rytnes 1999, p. 165). A nossa responsabilidade não é apenas a de salvaguardar o anonimato de Maria dos Anjos mas também, e sobretudo, a de escolher um

pseudónimo que, tal como nos diz Betsy Rytnes, permita que outros possam apreender a identidade desta mulher exactamente da mesma forma que o seu nome verdadeiro o faz, agora que estamos na posse de toda esta informação.

Por esta altura temos de lembrar o(a) leitor(a) mais distraído que, como previamente adiantado em nota de rodapé, todos os nomes citados neste texto são pseudónimos. Isto é também verdade para o nome de *Maria dos Anjos*. Efectivamente, de modo a não comprometer o anonimato desta entrevistada, foi-lhe atribuído um pseudónimo, ao mesmo tempo que foram efectuadas pequenas alterações nas transcrições *verbatim* apresentadas em epígrafe. Ao chegar ao final deste texto, sentir-me-ei satisfeita se *Maria dos Anjos* foi um pseudónimo adequado para ilustrar o nome real desta entrevistada e, sobretudo, dar conta da sua narrativa. Uma vez que o(a) leitor(a) não sabe qual é o nome real desta mulher, tal avaliação apenas pode ser feita por cada um(a) através da tomada de consciência da complexidade e riqueza do caso descrito e da eficiência do nome escolhido para a sua compreensão.

## **Conclusão**

No domínio das ciências sociais os investigadores trabalham com códigos de ética definidos e consensualmente aceites pela comunidade científica a que pertencem e que atentamente observa e avalia o seu trabalho. A Sociologia não constitui excepção. Porém, as questões éticas não se restringem ao trabalho de campo. Para além deste, o processo de escrita é um momento crucial em que os dilemas éticos emergem, nomeadamente os que se prendem com a salvaguarda do anonimato dos(as) entrevistados(as). Como autores que somos, escrevemos narrativas onde utilizamos ora a nossa voz, ora a voz dos outros. Que vozes escolhemos e porque o fazemos? O processo de escrita, em particular a de análise de dados em contexto de escrita científica é um processo de selecção (Patton, 2002) que dilui a fronteira entre narrativa e análise e reconstrói a relação entre ambas através de narrativas interpretativas com o auxílio de um narrador omnisciente. Mas este processo não constitui um modo inócuo de “contar uma história”. Corroboramos da opinião de Laurel Richardson (1994), para quem a escrita científica não é apenas uma actividade sumativa no final de um projecto de pesquisa. Escrever é também e sobretudo uma forma de “conhecer”, um método de revelação e análise que nos permite, a cada momento, dar robustez às categorias encontradas e descobrir novos aspectos sobre o tópico em discussão. No caso específico em

que somos chamados a escrever narrativas contextualizadas, percebemos que não existe informação irrelevante. Justamente, é a sua conjugação que, qual *puzzle*, permite no final a compreensão em profundidade das experiências e significados “a partir de dentro” e na perspectiva dos actores.

Partindo do princípio que “a ingenuidade [relativamente à ética] é, em si mesma, antiética” (Mirvis & Seashore, 1982, p. 100), esperamos que do exemplo aqui trazido, retirado da prática da professora como investigadora, possa resultar uma maior compreensão destas temáticas para todos quantos se preocupam com a ética na metodologia das ciências sociais, sejam eles(as) professores(as)-investigador(es) ou investigadores(as)-alunos(as).

## **Bibliografia**

APS (1992). *APS – Código Deontológico*. Associação Portuguesa de Sociologia. <http://www.aps.pt/cms/imagens/ficheiros/FCH4bc6d7339c412.pdf> (consultado em 06-03-2013).

Berg, B. (2009). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. 7<sup>th</sup> ed. Boston: Allyn & Bacon.

Burgess, R. G. (1984). *In the Field: an introduction to field research*. London: Routledge.

Capucho, J. (2013, 5 de Janeiro). Maria foi o nome mais popular dos bebés portugueses. *Diário de Notícias on-line*. [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2977490](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2977490) (consultado em 06-03-2013)

Costa, R. P. (2011). *Pequenos e Grandes Dias: os Rituais na Construção da Família Contemporânea*, tese de Doutoramento em Ciências Sociais, área de especialização: Sociologia Geral. Lisboa: ICS-UL. Handle: <http://hdl.handle.net/10451/4770>

Creswell, J. W. (1994). *Research Design. Quantitative & Qualitative Approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Denscombe, M. (1998). *The Good Research Guide for Small-scale Social Research Projects*. Buckingham: Open University Press.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. (2000). Introduction – The Discipline and Practice of Qualitative Research. In N. Denzin and Y. Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, 2<sup>nd</sup> ed. (1—28). Thousand Oaks: Sage Publications.

Flick, U. (1997). The episodic interview. Small scale narratives as approach to relevant experiences. Series Paper. <http://www2.lse.ac.uk/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/Flick-episodic.pdf> (consulta em 29-10-2010).

Flick, U. (1998). *An Introduction to Qualitative Research*. Sage Publications: London.

ISA (2001). *Code of Ethics of the International Sociological Association*. International Sociological Association. [http://www.isa-sociology.org/about/isa\\_code\\_of\\_ethics.htm](http://www.isa-sociology.org/about/isa_code_of_ethics.htm) (consultado em 06-03-2013).

- Lipson, J. G. (1994). Ethical Issues in Ethnography. In J. M. Morse (Ed.), *Critical Issues in Qualitative Research Methods* (333—355). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*. 2<sup>nd</sup> ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Mirvis, P. H., & Seashore, S. E. (1982). Creating ethical relationships in organizational research.” In J. E. Sieber (Ed.), *The Ethics of Social Research: vol. I. Surveys and Experiments* (79—104). New York: Springer-Verlag.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative evaluation and research methods*. 3<sup>rd</sup> ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Punch, K. F. (1998). *Introduction to Social Research. Quantitative and Qualitative Approaches*. London: Sage Publications.
- Punch, M. (1986). *The Politics and Ethics of Fieldwork*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Punch, M. (1994). Politics and Ethics in Qualitative Research. In N. Denzin and Y. Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research* (83—97). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Richardson, Laurel (2000). Writing – A Method of Inquiry.” In Denzin, N. K., & Lincoln, Y. (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, 2<sup>nd</sup> ed. (1516—529). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Rytnes, B. (1999). Names. *Journal of Linguistic Anthropology* 9(1–2), 163—166. doi: 10.1525/jlin.1999.9.1-2.163
- Shulman, J. H. (1990). Now You See Them, Now You Don't: Anonymity *versus* Visibility in Case Studies of Teachers. *Educational Researcher* 19(6), 11—15. doi: 10.3102/0013189X019006011
- SPIE (2013). Maria. *S.P.I.E. – Sociedade Portuguesa de Informação Económica, S.A.* [http://www.spie.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=62&Itemid=107](http://www.spie.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=107) (consultado em 06-03-2013).
- Tilley, L., & Woodthorpe, K. (2012). Is it the end for anonymity as we know it? A critical examination of the ethical principle of anonymity in the context of 21<sup>st</sup> century demands on the qualitative researcher. *Qualitative Research* 11(2): 197–212. doi: 10.1177/14687941110394073